



Universidade dos Açores
Departamento de Ciências da Educação

**PERSPETIVA DA COMUNIDADE DOCENTE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A
AUTOAVALIAÇÃO DA ESCOLA E O SEU PROJETO CURRICULAR**
Um Estudo de Caso numa Escola Básica e Secundária

Maria Lassaete Pereira Alves Silva

Dissertação de Mestrado em Educação
Especialização em Conceção e Desenvolvimento de Projetos Educativos

Trabalho efetuado sob a orientação dos Professores Doutores
Francisco José Rodrigues de Sousa e Margarida da Silva Damião Serpa

ANGRA DO HEROÍSMO
2012



Universidade dos Açores
Departamento de Ciências da Educação

Maria Lassaete Pereira Alves Silva

**PERSPETIVA DA COMUNIDADE DOCENTE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A
AUTOAVALIAÇÃO DA ESCOLA E O SEU PROJETO CURRICULAR**
Um Estudo de Caso numa Escola Básica e Secundária

Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre no ramo de educação, Especialização em Conceção e Desenvolvimento de Projetos Educativos sob a orientação científica dos Professores Doutores, Francisco José Rodrigues de Sousa e Margarida da Silva Damião Serpa.

Angra do Heroísmo
2012

RESUMO

A avaliação de escolas tem adquirido, nos últimos anos, visibilidade no sistema educativo português, conduzindo a uma maior agitação dos seus intervenientes neste campo. A Lei nº31/2002, de 20 de dezembro, que aprova o sistema da avaliação da educação do ensino não superior, foi um passo importante para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação de escolas, de onde se realça o caráter obrigatório da autoavaliação dos estabelecimentos de ensino.

Esta investigação tem como objetivo central obter dados empíricos que, em conformidade com a problemática e subjacente a um contexto de avaliação, contribuam para compreender melhor os efeitos da implementação do processo de autoavaliação na Escola, em particular na elaboração do respetivo Projeto Educativo.

O presente trabalho consiste num estudo qualitativo realizado numa escola básica e secundária dos Açores, para o qual se utilizaram como ferramenta de recolha de informação entrevistas realizadas a seis docentes, designadamente, coordenadora do relatório de autoavaliação, diretores de turma, presidente da assembleia de escola e coordenador de departamento, sendo membro da equipa de autoavaliação, vice-presidente do Conselho Executivo e a coordenadora dos diretores de turma e membro da equipa de autoavaliação. Tratou-se de docentes que acompanharam de alguma forma os processos de autoavaliação da escola. Procedeu-se também à análise documental dos relatórios de autoavaliação da escola.

Os resultados obtidos levaram-nos a concluir que a implementação do processo de autoavaliação foi sentido com alguma resistência da parte dos atores educativos, havendo ainda algum desconhecimento por parte dos agentes educativos. Ficou sobretudo uma importante sensibilização não só para a reflexão acerca da importância da prática da autoavaliação, enquanto instrumento de melhoria para a escola e mecanismo de prestação de contas no quadro da regulação da educação, mas também para as dificuldades sentidas na sua operacionalização. Da análise das entrevistas, em particular daquelas em que os entrevistados faziam parte da equipa de autoavaliação, podemos

concluir que mesmo assim a autoavaliação teve implicações no Projeto Curricular da Escola, nomeadamente com a inclusão de novos aspetos, tais como: as articulações horizontais e verticais dos conteúdos, os perfis de desempenho, as atividades de desenvolvimento curricular, o perfil do diretor de turma, os critérios de constituição de turmas e ainda os critérios de distribuição de serviço.

ABSTRACT

The evaluation of schools has in recent years acquired the visibility in the Portuguese education system, which led to a greater agitation of the intervener in this field. The Law No. 31/2002 of 20 December, which approves the assessment system of the education of the non-high education level, was an important step towards the development of a school evaluation culture, where the mandatory nature of self-evaluation of schools is emphasized.

This study is a qualitative study made in a primary and secondary school in the Azores. The interviews were used as an information gathering tool held with six teachers, namely, coordinator of the self-assessment report, the class teachers, president of the school assembly and department coordinator, being also a member of the self-assessment team, vice president of the Executive Council and coordinator of the class teachers and member of self-assessment team. They were teachers who followed in any/some way the self-assessment processes of the school. Also a documental analysis of the reports of school self-assessment was done.

The results led us to conclude that the implementation of the self-assessment process was felt with some resistance on the part of educational actors, but there is still some unawareness of educators. It was mainly an important awareness not only to reflect on the importance of the practice of self-assessment as a tool for school improvement and accountability mechanism in the context of educational regulation, but also for the difficulties felt in its operationalization.

From the interviews, in particular those whose teachers were part of the team self-assessment, we can thus conclude that even the self-assessment had implications in the School Curriculum Project, namely with the inclusion of new aspects, such as horizontal and vertical joints of contents, performance profiles, the curriculum development activities, the profile of the class teacher, the criteria for class formation and even the criteria for service delivery.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	1
AGRADECIMENTOS	2
RESUMO.....	3
ABSTRAT.....	5
ÍNDICE GERAL.....	6
ÍNDICE DE ANEXOS.....	8
ÍNDICE DE FIGURAS.....	9
ÍNDICE DE QUADROS.....	10
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
1. OBJETIVOS DO ESTUDO	16
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA	17
3. ORGANIZAÇÃO	18
4. MÉTODOS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS	19
CAPÍTULO I – AVALIAÇÕES EM EDUCAÇÃO: UM TEMA ATUAL.....	20
1. CONCEITO DE AVALIAÇÃO DE ESCOLAS.....	21
2. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	25
3. A IMPORTÂNCIA DA AUTOAVALIAÇÃO.....	27
4. MODELO CAF NO SISTEMA DE ENSINO REGIONAL.....	30
5. A COMUNIDADE ESCOLAR E A AUTOAVALIAÇÃO.....	31
CAPÍTULO II – AUTONOMIA E AUTOAVALIAÇÃO DA ESCOLA	40
1. A AUTONOMIA DA ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM A AUTOAVALIAÇÃO.....	41
2. INSTRUMENTOS DO PROCESSO DE AUTONOMIA DA ESCOLA....	47
2.1. PROJETO EDUCATIVO DE ESCOLA.....	47
2.2. PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA.....	49

CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	51
1. PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA PESQUISA.....	52
2. ENTREVISTA.....	53
3. TRATAMENTO DOS DADOS	55
CAPÍTULO IV – CONCEÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR DE UMA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA SOBRE A AUTOAVALIAÇÃO.....	60
1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	61
2. ANÁLISE DE RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO DE ESCOLA.....	62
• IMPORTÂNCIA DA AUTOAVALIAÇÃO.....	64
• FUNÇÕES DA AUTOAVALIAÇÃO.....	64
• PRESENÇA DE QUESTÕES CURRICULARES NA AUTOAVALIAÇÃO.....	67
• RELAÇÃO ENTRE O PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA E A SUA AUTOAVALIAÇÃO.....	69
3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	70
CAPÍTULO V- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
1. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
2. IMPLICAÇÕES DO ESTUDO PARA INVESTIGADORA.....	85
3. LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	85
4. SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
LEGISLAÇÃO.....	94
ANEXOS.....	95

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I	96
Consentimento informado	97
ANEXO II	98
Guião das entrevistas	99
ANEXO III (EM SUPORTE INFORMÁTICO (CD-ROM))	100
Relatório de autoavaliação de 2007	101
Relatório de autoavaliação de 2009	101

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema do modelo QUALIS.....	31
Figura 2 – Desenvolvimento do processo de autoavaliação (adaptado de Oliveira <i>et al</i> , 2006)	35
Figura 3 – Organização da autoavaliação (adaptado de Oliveira <i>et al</i> , 2006)	37

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I – Utilidade da autoavaliação da escola	57
Quadro II – O modelo QUALIS e as suas implicações no Projeto Curricular de Escola	58
Quadro III – Conhecimento e expetativas em relação ao modelo MAQE .	59
Quadro IV – Reflexão dos RAA 2007 e 2009 quanto à utilidade da autoavaliação da escola	63
Quadro V – Reflexão dos RAA 2007 e 2009 quanto às Implicações da autoavaliação no PCE	67
Quadro VI – Reflexão das entrevistas quanto à utilidade da autoavaliação da escola	71
Quadro VII – Reflexão das entrevistas quanto às implicações do modelo QUALIS no PCE	76
Quadro VIII – Reflexão das entrevistas quanto ao conhecimento e expetativas por parte dos docentes em relação ao modelo MAQE	79

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAF - Common Assessment Framework

CDT - Coordenadora dos Diretores de turma e membro da equipa de autoavaliação da Escola

CERA - Coordenadora da equipa do Relatório de Autoavaliação da Escola

DT1 - Diretor de turma 1

DT2 - Diretor de turma 2

MAQE - Modelo de Avaliação da Qualidade das Escolas

PAA- Plano Anual de Atividades

PAE - Presidente da Assembleia da Escola/ Coordenador de Departamento e membro da equipa de autoavaliação da Escola

PCE - Projeto Curricular de Escola

PCT - Projeto Curricular de Turma

PEE - Projeto Educativo de Escola

QUALIS - Qualidade e Sucesso Educativo

RAA 2007 - Relatório de Autoavaliação 2007

RAA 2009 - Relatório de Autoavaliação 2009

VPCE - Vice-Presidente do Conselho Executivo da Escola

Art. - Artigo

cit. - Citação

p. - Página

INTRODUÇÃO

No momento atual, as dificuldades económicas e sociais em que se encontra Portugal constituem um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do país. Daí que a necessidade de um investimento na educação e na formação dos cidadãos não possa ser apenas mais um ponto da agenda política, mas um compromisso sério e objetivo de melhoria do sistema educativo português.

A profunda mudança, trazida pela Revolução dos Cravos, a 25 de abril de 1974, abriu as portas da educação à população, massificando e democratizando o ensino público português. No entanto, este percurso de quase quatro décadas tem sido tortuoso, com problemas graves, como o abandono e o insucesso escolar e os fracos resultados escolares dos alunos. Contudo, da análise dos relatórios de 2007 e 2009 do PISA (Program for International Student Assessment), verifica-se que houve uma melhoria significativa de 2007 para 2009, patente nos resultados do último relatório. As escolas desempenham um papel fulcral na melhoria das competências e qualificações académicas e profissionais dos portugueses, sendo de salientar que essa melhoria, não sendo apenas por ela condicionada, passa necessariamente, pelo aumento de qualidade da ação das escolas (Afonso, 2010).

As escolas são estabelecimentos que têm como missão munir os cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se ativamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País. É para responder a essa missão em condições de qualidade e equidade, da forma mais eficaz e eficiente possível, que deve organizar-se a governação das escolas. Para alcançar maior qualidade da ação das escolas é indispensável a criação e o desenvolvimento de mecanismos de avaliação adequados aos estabelecimentos educativos. Essa preocupação, aliás, tem uma dimensão europeia, como atesta a Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia sobre a Cooperação Europeia em matéria de Avaliação da Qualidade do Ensino Básico e Secundário (2001/66/CE).

A centralidade que a avaliação tem vindo a assumir nas últimas décadas, em múltiplos contextos nacionais, não dá sinais de declínio, expandindo-se para domínios muito diferentes (Afonso, 2010), entre os quais a educação, onde atualmente é incontestável. No próprio contexto educativo, fala-se em avaliação dos alunos, avaliação das organizações escolares, avaliação dos projetos, avaliação dos planos de atividades, relatórios de gestão, avaliação dos programas e, de forma mais mediática, em avaliação dos docentes. Mas centremo-nos na avaliação das escolas, em particular na autoavaliação das mesmas, que será o foco deste trabalho.

Mas antes disso, porém, é necessário perceber do que se fala quando nos referimos ao termo/conceito de avaliação. O conceito de avaliação não é imutável e vários autores tentam explicitar a sua evolução ao longo do tempo. Vamos tentar clarificar o conceito recorrendo a Leite (1993), que apresenta uma sistematização da definição deste conceito ao longo do tempo salientando três fases, a que correspondem três enfoques distintos para o conceito de avaliação.

Assim sendo, numa primeira fase o enfoque da avaliação é nos produtos, isto é, nos objetivos atingidos após a ação. Na fase seguinte, a avaliação continua a centrar-se nos produtos mas agora também, simultaneamente, nos processos seguidos para os atingir. Portanto, assume como finalidade ajudar a tomar decisões quanto aos processos de conseguir obter os resultados desejados. Por fim, numa última fase, o enfoque da avaliação centra-se na interpretação dos contextos e tem em vista compreender as relações e perceções dos diversos atores sociais envolvidos em educação. Permite interpretar a complexidade do sistema, ou seja, tratar-se de uma avaliação que privilegia ações e não intenções (Leite, 1993). Também Guba e Lincoln (1990, referidos em Alaiz, Góis & Gonçalves, 2003) apontam uma evolução do conceito de avaliação, bem como das práticas que a concretizam, de acordo com quatro momentos: avaliação como sinónimo de medida; e avaliação centrada nos objetivos; avaliação centrada no ato de julgamento; avaliação como resultado da negociação em que é dada voz à diversidade de interesses presentes no objeto a avaliar.

No nosso contexto educativo, a avaliação esteve quase sempre associada ao domínio da aprendizagem dos alunos e limitada à ideia de uma

recolha de informação que permitisse ajuizar sobre a meta atingida por esses alunos, traduzindo-se, no final do processo, numa classificação (Leite, Rodrigues & Fernandes, 2006). Esta ideia está em sintonia com a primeira fase descrita por Leite (1993) bem como com os dois primeiros momentos apresentados por Guba e Lincoln (1990, referidos em Alaíz *et al*, 2003). No entanto, como já foi comentado, o conceito evoluiu e é no reconhecimento de que a avaliação pode e deve ter um carácter formativo, num processo que visa sempre a melhoria, que atualmente se justifica o recurso à avaliação (Leite, Rodrigues & Fernandes, 2006). Segundo os autores agora citados, a melhoria que se pretende também depende de fatores de ordem institucional e daí a necessidade, cada vez mais premente, de se concretizar a avaliação das escolas/agrupamentos do ensino não superior.

Para além dos próprios fatores educacionais, a avaliação das escolas é impulsionada por outros fatores, nomeadamente, político-ideológicos, económicos e culturais, pode ser referenciada, consoante os casos, a modelos e experiências diversos que estão, eles próprios, em etapas de implementação e consolidação muito distintas (Afonso, 2010), sendo alguns deles referenciados e explicitados mais adiante.

Em Portugal, as políticas de educação relativas à avaliação de escolas têm-se centrado em torno da avaliação externa *versus* autoavaliação e da prestação de contas *versus* promoção da melhoria, sendo a última polaridade o foco na orientação da avaliação de escolas (Sousa, Leal & Cabral, 2011). A avaliação das escolas em Portugal e mais especificamente a autoavaliação tem vindo a assumir uma importância crescente e um papel cada vez mais central no contexto da comunidade escolar. A avaliação das escolas começou a evidenciar-se na década de noventa do século vinte com o *Observatório da Qualidade da Escola*, evoluindo lentamente, na década seguinte, para a implementação do programa de *Avaliação Integrada das Escolas* (Fialho, 2009).

No que respeita à autoavaliação, o Decreto-Lei n.º 31 de 20 de dezembro de 2002, que aprova o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, afirma que a autoavaliação tem carácter obrigatório e que se desenvolve continuamente com o apoio da administração educativa. No entanto, falar de autoavaliação de escolas implica o reconhecimento da

autonomia das escolas, podendo questionar-se as práticas de autoavaliação, ligadas a modelos burocráticos ou de mercado herdados do meio empresarial. Desta forma, impõe-se a redefinição e a adoção de medidas de descentralização e de responsabilização no seio da escola. Além disso, a cultura de autoavaliação tem sentido dificuldade em assumir-se nas escolas, pois as instituições de ensino são organizações complexas, onde se confrontam relações de poder e de negociação, em que se manifestam interesses divergentes, de onde ocorrem, facilmente, conflitos no decorrer do processo de autoavaliação (Afonso, 2010; Perrenoud, 1998).

De facto, a autoavaliação operacionaliza-se localmente, pelos agentes educativos da própria escola, mas o seu êxito depende do empenho, organização e conhecimentos alcançados pela comunidade escolar. Assim, torna-se indispensável, preparar os docentes em relação à autoavaliação, para que conheçam as suas potencialidades, os seus limites, os seus fundamentos, os seus objetivos, bem como a sua operacionalização. Estas competências são importantes em todos os docentes, mas sobretudo nos órgãos de gestão de topo, que assumem um papel incontornável para que a avaliação das organizações educativas não se afaste dos contextos locais e dos interesses dos atores educativos.

A autoavaliação permite que a escola e os atores educativos reflitam sobre as suas práticas, alterando-as e corrigindo-as se necessário. Pretende-se, assim, que a autoavaliação conduza a uma melhor compreensão da natureza e do sentido das práticas educativas, que no futuro imediato ou a médio e longo prazo permitam a modificação de modelos de comportamento e de atitudes, sempre no sentido de uma escola melhor, tanto como instituição física e como comunidade propiciadora de crescimento e valorização de todos os seus membros.

O futuro da avaliação das escolas passa, por isso, pela análise das especificidades de programas já desenvolvidos e o seu conseqüente impacto, bem como pela aposta em novos projetos avaliativos, mais consentâneos com o atual quadro de autonomia escolar, de forma a promover uma verdadeira cultura de avaliação e autoavaliação sistemática das escolas.